

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011

1

Legislação	Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011
	Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.
	<b>A PRESIDENTA DA REPÚBLICA</b> , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<b>Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004</b>	Art. 1º O art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 4º Para cada incorporação submetida ao regime especial de tributação, a incorporadora ficará sujeita ao pagamento equivalente a 6% (seis por cento) da receita mensal recebida, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições: ..... § 6º Até 31 de dezembro de 2014, para os projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, cuja construção tenha sido iniciada ou contratada a partir de 31 de março de 2009, o percentual correspondente ao pagamento unificado dos tributos de que trata o <b>caput</b> será equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida. <b>(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)</b> .....	“Art. 4º ..... ..... .....”
§ 7º Para efeito do disposto no § 6º, consideram-se projetos de incorporação de imóveis de interesse social os destinados à construção de unidades residenciais de valor comercial de até <b>R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)</b> no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida <b>(PMCMV)</b> , de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. <b>(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)</b> .....	§ 7º Para efeito do disposto no § 6º, consideram-se projetos de incorporação de imóveis de interesse social os destinados à construção de unidades residenciais de valor comercial de até <b>R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)</b> no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. .....” (NR)
<b>Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004</b>	Art. 2º Os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de: ..... XVII – (VETADO)	“Art. 1º ..... .....”
	XVIII - massas alimentícias classificadas na posição 19.02 da TIPI.
§ 1º No caso dos incisos XIV a XVI, <b>o disposto no caput deste artigo</b> aplica-se até 31 de dezembro de <b>2011</b> . .....	§ 1º No caso dos incisos XIV a XVI <b>do caput, a redução a zero das alíquotas</b> aplica-se até 31 de dezembro de <b>2012</b> . .....

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011

2

Legislação	Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011
	§ 3º No caso do inciso XVIII do <b>caput</b> , a redução a zero das alíquotas aplica-se até 30 de junho de 2012.” (NR)
<p>Art. 8º As pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2, 3, exceto os produtos vivos desse capítulo, e 4, 8 a 12, 15, 16 e 23, e nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, exceto os códigos 0713.33.19, 0713.33.29 e 0713.33.99, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.01, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da NCM, destinadas à alimentação humana ou animal, poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, devidas em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens referidos no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.</p> <p>.....</p> <p><b>§ 7º (Revogado pela Medida Provisória nº 545, de 2011)</b></p>	<p>“Art. 8º ..... .....</p>
	§ 8º É vedado às pessoas jurídicas referidas no <b>caput</b> o aproveitamento do crédito presumido de que trata este artigo quando o bem for empregado em produtos sobre os quais não incidam a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS, ou que estejam sujeitos a isenção, alíquota zero ou suspensão da exigência dessas contribuições.” (NR)
	Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.